

4.06.01 - Saúde Coletiva / Epidemiologia

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM MUNICÍPIO INTERIORANO DE GRANDE PORTE: CONSIDERANDO A PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

Karyna Duarte Alcântara<sup>1</sup>, Fernando Santos de Carvalho<sup>1</sup>, Manuella Lima Belo<sup>1</sup>, Maria Gerlane de Souto<sup>2</sup>, Adriana Marcia Emidio da Silva<sup>2</sup>, Gabriela Andrade da Silva<sup>3</sup>

1. Estudantes do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Jorge Amado da UFSB
2. Servidoras da Prefeitura Municipal de Itabuna
3. Docente do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Jorge Amado da UFSB

**Resumo:**

Esta pesquisa objetivou analisar a situação de saúde mental do município de Itabuna - BA, comparando informações fornecidas por agentes comunitários de saúde (ACS) e dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

Foram analisadas informações do SISAB sobre atendimentos de saúde mental e de fichas de cadastro de usuários com transtornos mentais, preenchidas por ACS.

Proporcionalmente ao tamanho da população, o SISAB registrou poucas consultas, visitas domiciliares e encaminhamentos a CAPS de usuários com problemas de saúde mental, abuso de álcool ou outras drogas.

Os cadastros preenchidos por ACS mostraram relação entre transtornos mentais e situações socioeconômicas desfavoráveis, e que a forma de cuidado predominante foi atendimento psiquiátrico, medicação e internações.

Revelou-se subnotificação dos casos de saúde mental, desarticulação da rede e predominância do modelo medicocêntrico e biologizante em detrimento de cuidados voltados a aspectos psicossociais.

**Autorização legal:** CEP da Fund. Pub. de Saúde de Vitória da Conquista, CAAE 63289816.2.0000.8089.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Agentes Comunitários de Saúde; Epidemiologia.

**Apoio financeiro:** PET Saúde/GraduaSUS - 2016/2017 (SGTES / Ministério da Saúde).

## **Introdução:**

A atenção básica à saúde é reconhecida como porta de entrada do SUS e ordenadora das redes de atenção à saúde e, por estar mais próxima das comunidades, deve apresentar papel fundamental na identificação e acompanhamento de usuários com transtornos mentais (Brasil, 2012).

No entanto, ações voltadas à saúde mental na atenção básica ainda constituem um desafio para profissionais de saúde e gestores. Grupos focais com médicos, enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de Ilhéus - BA revelaram que os profissionais reconheceram a necessidade de acompanhamento de usuários com transtornos mentais, mas apresentaram sentimento de impotência (SOUZA E SCATENA, 2007).

Estudos com amostras probabilísticas de base populacional estimaram prevalência de 29,6% para transtornos mentais comuns na Região Metropolitana de São Paulo, sendo 10% se forem considerados apenas os casos mais severos (ANDRADE, ET AL., 2012); e 29,9% em Feira de Santana, município de grande porte do interior da Bahia (ROCHA, ET AL., 2010).

Na ausência de estudos com amostra probabilística, uma forma de se obter dados de morbidade é via sistemas de informação do SUS, como o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) ou o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) (SOUTO, 2015). No entanto, esse método considera apenas usuários já atendidos pelo sistema, não identificando a demanda reprimida.

Uma experiência realizada em Cuiabá - MT procurou melhorar a identificação e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais por uma Equipe de Saúde da Família por meio do incentivo à busca ativa de usuários pelos agentes comunitários de saúde. O SIAB mantinha registro de 19 usuários com transtornos mentais no território, mas os ACS identificaram 24 casos adicionais. Quando avaliados por psiquiatra, 39 usuários tiveram a suspeita de transtorno mental confirmada e outros quatro, que usavam medicação psicoativa, não foram diagnosticados com transtornos mentais específicos. Observou-se que, por serem moradores dos territórios e, portanto, membros da comunidade local, os ACS tinham conhecimento informal de casos em que havia suspeita de transtornos mentais, mas não eram conhecidos pelos profissionais da unidade (OLIVEIRA, ATAÍDE E SILVA, 2004).

A presente pesquisa objetivou analisar a situação de saúde mental do município de

Itabuna - BA e comparar informações fornecidas por agentes comunitários de saúde e dados oriundos de sistemas de informação do SUS.

## **Metodologia:**

Tratou-se de estudo descritivo exploratório, com abordagem quantitativa e documental. O trabalho foi parte das atividades do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-SAÚDE/GRADUASUS - 2016/2017, realizado a partir de parceria entre a Universidade Federal do Sul da Bahia e a Coordenação de Saúde Mental do município de Itabuna.

Foram usadas as seguintes fontes de informação:

1. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB (e-SUS): é uma das estratégias do Ministério da Saúde para desenvolver, reestruturar e integrar os sistemas de informação, permitindo um registro individualizado da situação de saúde por meio do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS) (SOUTO, 2015). Na presente pesquisa, foram usados dados alimentados por três fichas diferentes: a) Fichas de Cadastro Individual, preenchidas por ACS em visitas domiciliares com a finalidade de cadastramento: uso de substâncias psicoativas, acompanhamento psiquiátrico ambulatorial e internações. b) Fichas de Atendimento Individual, preenchidas por profissionais de nível superior durante os atendimentos: problema ou condição referente a Saúde Mental, uso de substâncias psicoativas e encaminhamentos realizados. c) Fichas de Visita Domiciliar, preenchidas pelos ACS durante visitas domiciliares para acompanhamento: motivo da visita.

2. Fichas de cadastro preenchidas por ACS, por demanda da Coordenação de Saúde Mental do município de Itabuna. A Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Itabuna solicitou aos ACS que aplicassem uma ficha de cadastro em seus territórios, para levantar dados sociodemográficos e de saúde dos usuários com transtornos mentais, referentes ao segundo semestre de 2015. Essa ação fez parte de um projeto denominado Caminhos do Cuidado, com apoio do setor de média e alta complexidade do município. A ficha continha dados sobre idade, escolaridade, ocupação, sexo, se recebe ou não algum tipo de auxílio, se possui ou não transtorno mental, se utiliza ou não álcool e outras drogas, número de internações, medicações em uso, história de doenças pregressas, atendimentos anteriores em saúde mental e sintomatologia da doença.

O software IBM SPSS 20.0 foi utilizado para as análises estatísticas descritivas das fichas preenchidas pelos ACS. Os dados do SISAB foram recuperados de forma agregada dos sistemas de informação e analisados por meio de planilhas no Software Microsoft Excel.

### Resultados e Discussão:

Os dados coletados do SISAB referem-se ao período de janeiro a outubro de 2016 e às 36 Equipes de Saúde da Família que compõem a Estratégia de Saúde da Família do município de Itabuna. Foram registradas 132.996 consultas por profissionais de saúde e 376.244 visitas realizadas por ACS registradas no e-SUS. Em atendimentos realizados por profissionais de saúde nas unidades, foram constatados e registrados no sistema 2.163 casos de saúde mental, 183 usuários de álcool e 97 usuários de outras drogas. Dentre as visitas realizadas por ACS, 2.858 foram por motivo de saúde mental, 3.889 para acompanhamento de usuários de álcool e 375 para usuários de outras drogas. Há registro de 64 encaminhamentos para o CAPS e 32 para serviços que atendem pessoas com necessidades especiais.

Observou-se, portanto, indícios de subnotificação, pois considerando que a população de Itabuna foi de 204.667 habitantes de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), ainda que cada registro de condições avaliadas por profissionais de saúde e cada visita de acompanhamento por motivo de saúde mental realizada por ACS se referisse a um usuário diferente (o que sabemos que não ocorre, pois muitos usuários são atendidos e/ou visitados mais de uma vez), as prevalências seriam 2,5% para transtornos mentais, 1,7% para alcoolismo e 0,2% para uso de outras drogas, valores muito inferiores aos encontrados pela literatura em outros municípios brasileiros (ANDRADE ET AL., 2012; ROCHA ET AL., 2012). A baixa frequência de encaminhamentos para CAPS ou para serviços que atendem pessoas com necessidades especiais registrados no SISAB pode se dever a uma deficiência na alimentação do sistema de informação e/ou a uma situação real de poucos encaminhamentos, indicando a necessidade de capacitação dos profissionais para uso correto do SISAB e de construção de rede, referência e contrarreferência.

Quanto às fichas de cadastro, 602 foram retornadas pelos ACS à Coordenação de Saúde Mental, das quais cinco estavam em branco, restando 597 cadastros válidos. Dentre eles, 53% era do sexo masculino; 12,2% tinha de zero a 18 anos; 15,8% de 19 a

30 anos; 30,8% de 31 a 45 anos; 29,7% de 46 a 60 anos e 11,5% tinha 61 anos ou mais.

Foi observada que a frequência de usuários analfabetos (28,2%) foi mais de duas vezes maior que a taxa de analfabetismo no município de Itabuna, de 10,9% (IBGE, 2010) e que 48,2% dos usuários tinha ensino fundamental incompleto ou completo. Essa predominância de usuários com baixa escolaridade pode indicar dificuldade de pessoas com transtornos mentais se inserirem no sistema educacional, ou que a menor escolaridade foi um fator de risco para desenvolvimento de transtornos mentais, não sendo possível estabelecer relação de causa e efeito.

Embora a maior parte dos usuários estivesse em idade economicamente ativa, apenas 8,1% trabalhava, revelando alta incapacidade laboral causada pelos transtornos. Dois terços recebia benefícios, sendo aposentadoria (24,1%) o mais comum, seguido pelo auxílio doença (14,7%) e Benefício de Prestação Continuada (8,6%). Esses dados revelaram que o impacto econômico dos transtornos mentais não se resume aos gastos com os serviços de saúde.

Em relação a tratamentos anteriores, 24,5% foram atendidos em ambulatório, 34% em CAPS, 8,2% em centros de recuperação para usuários de drogas e a maior parte (60,4%) relatou já ter passado por pelo menos uma internação em decorrência da doença, sendo que destes, 40,8% estiveram internados em hospital psiquiátrico e o restante em hospital geral. A grande proporção de usuários que passou por internação vai na contramão da reforma psiquiátrica e pode ser compreendida pelo contexto local, pois o município não conta com CAPS III e tinha um hospital psiquiátrico, que encerrou suas atividades em 2015.

Cerca de metade dos usuários (50,7%) passou por atendimento psiquiátrico, mas apenas 18,2% passou por atendimento psicológico. O tratamento mais frequente foi medicamentoso (77,1%). Esses dados evidenciaram que têm sido priorizados os aspectos biológicos dos transtornos mentais, mas intervenções voltadas aos aspectos psicossociais foram acessadas pela menor parte dos usuários.

### Conclusões:

O uso de duas fontes de informação (SISAB e cadastro realizado por ACS) revelou informações que se complementaram. Foi evidenciada subnotificação dos casos de saúde mental no SISAB, bem como desarticulação da rede para atender usuários de saúde mental. Aspectos socioeconômicos desfavoráveis estiveram associados aos quadros de transtorno mental. Apesar dos esforços que têm sido empreendidos, em nível nacional, para adequação dos cuidados aos princípios da reforma psiquiátrica, os dados indicaram que o paradigma medicocêntrico e biologizante predominou no município de Itabuna - BA.

Possibilidades e limites do cuidado dirigido ao doente mental no Programa de Saúde da Família. **Revista Baiana de Saúde Pública**. Salvador, v. 31, n. 1, p. 147-160, 2007.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, L. H. ET AL. Mental disorders in megacities: Findings from the São Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. **Plos One**, V. 7, n. 2., e31879, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 110 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 de nov. 2016.

OLIVEIRA, A. G. B.; ATAÍDE, I. F. C.; SILVA, M. A. A invisibilidade dos problemas de saúde mental na atenção primária: O trabalho da enfermeira construindo caminhos junto às Equipes de Saúde da Família. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 618-624, 2004.

ROCHA, S. V. ET AL. Prevalência de transtornos mentais comuns entre residentes em áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 4, p. 630-40, 2010.

SOUTO, M. G. **Projeto de intervenção para a implantação do novo sistema de informação da atenção básica no município de Itabuna**: Novo e-SUS AB/SISAB. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Saúde) - Universidade Aberta do Brasil e a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – EAD/ENSP/FIOCRUZ, 2015.

SOUZA, R. C.; SCATENA, M. C. M.